



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM

ANO 2018

Julho

Nº 281

DISCUTINDO A MEMÓRIA HISTÓRICA DE 1964: AS FORÇAS ARMADAS HOJE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Por Rayanne Gabrielle da Silva¹

No dia 31 de março de 2018 foram comemorados os 54 anos da implantação do Regime Civil-Militar no Brasil, regime este comandado por militares, apoiados pela elite da sociedade civil, e que duraria cerca de 21 anos. Cinco presidentes militares, todos do Exército, afóra aqueles que constituíram Juntas Governativas e substituíram às pressas o presidente efetivo para não deixar o país acéfalo e um vácuo cobiçado de poder, tomaram as rédeas nacionais e fizeram história, embora muitas vezes ela seja mal escrita e interpretada, além de erroneamente difamada.

Hoje, como os militares ativos e inativos, bem como os civis que vivenciaram os chamados “anos de chumbo”, enxergam as consequências e transformações ainda sentidas do Regime de 1964? A nova geração dos quartéis é rememorada do que seus antecessores foram e fizeram durante esse período? A relação Forças Armadas-sociedade civil continuou a mesma ou se modificou? Que significados a existência e presença das Forças Armadas têm hoje para o país, de maneira geral?

Nos idos de 2012, Celso Castro, importante historiador, dedicou um capítulo em uma de suas obras a respeito da memória dos feitos e fatos ocorridos em 1964 quando os militares tomaram o poder no país. Uma preocupação entre os atores diretos e indiretos, num intervalo significativo de gerações, desse movimento era com a chamada memória histórica do regime. Embora vitoriosos na revolução, de uma maneira geral, os militares saíram perdedores no que se referem as suas verdadeiras intenções, contextos e pretextos, interpretações e significados da história de 1964, sendo injustiçados, portanto, na escrita da história do período.

Os militares saíram como os vilões, como uma horda de homens fardados truculentos capazes das maiores atrocidades contra os cidadãos de bem da sua própria nação. A divulgação e luta pelo fim das torturas e demais crimes atribuídos tanto às Forças Armadas quanto às Forças Auxiliares de Segurança enfraqueceram sobremaneira o movimento e distorceram os ganhos obtidos no período para o país, inclusive no âmbito econômico e educacional.

Atualmente, percebe-se o ressurgimento desse movimento. As Comissões da Verdade sobre o regime, tanto a nível nacional quanto estaduais, trataram-se mais de uma revivescência vingativa daqueles que ocupavam o poder no presente momento e que lutaram na época contra o regime do que uma busca necessária pela verdade histórica das vítimas e pretensas vítimas da revolução. Se tivessem sido trabalhos sérios enxergariam ambos os lados: é preciso lembrar que as 126 vítimas

¹ Pós-graduanda em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

dos que combatiam o regime, entre civis e militares, sequer foram contempladas na lista de mortos e desaparecidos políticos de quaisquer Comissões. O *In Memoriam* publicado no aniversário da revolução em 2009 pelo Clube Militar em homenagem às vítimas “esquecidas” pelos idealizadores das Comissões é uma prova disso.

Além da perda da memória histórica, encarnando uma luta dualista de bem contra o mal nada saudável para a história do Brasil, a própria carreira militar veio se desgastando, ampliada com a saída dos militares do poder em 1985. Primeiramente, a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, não ajudou muito no processo. Quem a elaborou, hoje está jogando a nação e suas lutas seculares por igualdade e liberdade à lama. Quem não fez parte dela, a saber, os próprios militares, sofrem até o momento as consequências de sua exclusão da vida política, sentindo no plano social e econômico o desgaste dos soldos, do respeito à farda e do próprio significado de ser militar.

Em discussão com militares inativos, é unânime a opinião de que a carreira militar tornara-se mais um cargo público na sociedade e, na visão de seus críticos, com privilégios desnecessários para uma classe que há muito perdeu seu prestígio e sua voz nos rumos do país. Quem ingressa nas Forças Armadas atualmente não se preocupa em apreender conceitos de defesa, soberania e nação, respeito à pátria e aos seus símbolos, à hierarquia e à vontade de defender o país como se espera de um profissional especializado como o militar. A remuneração atrativa, apesar de não corresponder ao que se espera no mercado, e a garantia de direitos e estabilidade no prosseguimento da carreira estão acima da missão e dos valores concernentes ao que se exige do verdadeiro militar.

Isso leva a terceira problemática enfrentada pelas tropas: seu uso indiscriminado em ações de Garantia da Lei e da Ordem no seio do território, resultado do pouco conhecimento prático e político dos objetivos militares para com o país, gerando como consequência maior sua cada vez mais evidente banalização. Não é incomum ouvir a pergunta para que servem o militar e as Forças Armadas hoje para o Brasil, para o contexto de sucessivas crises enfrentadas e pouco solucionadas, para o desespero do povo em fugir das garras da corrupção epidêmica presente em todos os setores, esferas e classes sociais, sem se importar com gênero, idade e crenças.

Todo esse conjunto de fatores negativos sobre o militar brasileiro faz pensar se tudo o que até agora foi discutido não passa da continuidade de uma vingança, usando-se a história como escudo, pelo o que aconteceu em 1964. Antes de criticar, é preciso conhecer o significado do movimento, seus objetivos a serem alcançados e necessidades a serem supridas. Os militares não devem ser punidos por algo que não fizeram sozinhos e aí, outra vez, entra o uso injusto da história e da interpretação dos fatos daquele 31 de março.

Esse ressentimento por parte dos militares, como chama Castro, para com a população civil, que se absteria da culpa quando apoiara abertamente o movimento, faz todo sentido. Nenhum empresário ou profissional liberal que, à época, incentivara a tomada do poder para evitar a instalação de um governo alienante e inadequado à nação brasileira, foi punido, silenciado ou lembrado de ter tomado partido nele quando achou necessário: todos se voltaram contra quem apoiava, numa prática mercenária de buscar aquele que paga mais ou torna tudo melhor, conforme seus interesses e conveniências. Isso não é ser democrático, muito menos republicano.

Lembrar ou comemorar o 31 de março não significa apenas exaltar o regime civil-militar há muito implantado e finalizado: significa rememorar as injustiças cometidas contra os ditos “algozes” propagados por grupos radicais, refletir sobre as mudanças, ora positivas, ora negativas, sobre a classe militar e seus dependentes e pensar novas formas de fortalecer a democracia defendida pelos militares, em respeito à Constituição da qual foram privados de discutir. A democracia em 1988 renasceu pouco democrática e se mostra assim quando a corrupção impera, o povo pouco sabe usar o seu poder político para fazer as mudanças almejadas e as instituições tentam se fortalecer, sem praticar a interdependência exigida entre elas, em meio a crises que elas pouco sabem resolver, demonstrando uma falta total de experiência republicana. Porém, é possível ter esperança?

É possível sim. Que o 31 de março, assim como o 15 de novembro, marco da participação plena militar nos rumos do país, seja sempre lembrado, questionado, interpretado, analisado e discutido à luz da racionalidade histórica exigida, com justiça para ganhadores e perdedores, dos vários setores que dele tomaram parte. Que as lutas ideológicas não ceguem, nos anos vindouros de contínuas

mudanças, o objetivo pleno de todo cidadão brasileiro, seja ele militar ou civil: o de tornar o Brasil grande, sob a égide da ordem e do progresso.

Referências:

CASTRO, Celso. Comemorando a “Revolução” de 1964: A Memória Histórica dos Militares Brasileiros. In: _____. **Exército e Nação**: estudos sobre a história do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Versão digital.

IN MEMORIAN. **Clube Militar** – A Casa da República, Rio de Janeiro, 31 mar. 2009. Disponível em: <<http://clubemilitar.com.br/in-memorian/>>.



EB avalia, no futuro, evoluir do Leopard 1A5 para o 2A4

Do site: www.forte.jor.br

<http://www.forte.jor.br/2018/01/25/eb-avalia-no-futuro-evoluir-do-leopard-1a5-para-o-2a4/>

Roberto Lopes



Leopard 2A4 da Turquia

A incerteza sobre a disponibilidade de recursos nos próximos anos (alardeados como de recuperação da Economia), a necessidade de obter um modelo de viatura resultante da conversão da VBTP-MR Guarani 6x6 em um blindado de combate 8x8, as circunstâncias estratégicas nas fronteiras do país e o extenso rol de pendências no conjunto de programas do Exército Brasileiro (EB), estão

levando o Comando da Força Terrestre a tratar de forma pragmática, cautelosa e conservadora, o assunto da atualização tecnológica de sua frota de carros de combate pesados.

Este ano (2018) e no próximo, a prioridade é obter um novo lote de veículos Leopard 1A5 que permita a padronização da principal força de choque (couraçada) da corporação.

O site Forças Terrestres apurou que a atualização tecnológica dos MBTs (Main Battle Tanks) brasileiros acontecerá sobre a linha Leopard: primeiro com a obtenção, em meados dos anos de 2020, de uma pequena partida de carros Leopard 2 A4; e depois (dentro de uns dez anos) por meio da incorporação de um núcleo de viaturas mais modernas, das versões A6 ou A7.

Estudos conjuntos do Estado-Maior do Exército com o Centro de Instrução de Blindados General Walter Pires, de Santa Maria (RS), estimaram que o programa de desenvolvimento de um tanque pesado projetado no país, não pode ser concluído em menos que uma década - e, por enquanto, não há tranquilidade financeira para que essa empreitada seja tentada. Isso, apesar das repetidas demonstrações de boa vontade da filial brasileira da companhia alemã KMW, fabricante do Leopard.

Técnicos da KMW já conhecem algumas das predileções dos militares da Arma Blindada para o futuro MBT nacional: peso no patamar das 50/54 toneladas (significativamente inferior às 62,3 toneladas do modelo alemão 2A6), canhão de 120 mm, armamento secundário remotamente operado e blindagem modular incluindo placas de proteção reativas. Mas isso ainda está no plano dos sonhos. Também descartada parece estar, nesse momento, a ideia de sair da linha Leopard.



K1A1

Peru - Existem, claro, "tentações", como a possibilidade de, no início da próxima década, o Exército dos Estados Unidos disponibilizar, por meio do sistema FMS (Foreign Military Sales) alguns dos seus carros Abrams da versão A1, de 61,3 toneladas (e preço unitário, hoje, na casa dos 6 milhões de dólares).

O Exército do Peru, que desde 2015 se encontra, declaradamente, em busca de um novo MBT, vem sendo assediado pela empresa sul-coreana Hyundai Rotem, fabricante do K2 "Pantera Negra" - viatura de 55 toneladas que até mesmo os especialistas americanos consideraram um impressionante

amontoado de tecnologia de ponta. E que talvez por isso esteja cotado a 8/10 milhões de dólares a unidade.



K2 Black Panther

Como os peruanos se assustaram com o preço, os sul-coreanos ofereceram a alternativa do K1A1 - modelo "inspirado" no M1A1 Abrams -, de 51 toneladas, canhão de 105 mm (segundo os próprios coreanos, 1,5 vez inferior ao modelo de 120 mm do K-2) e preço unitário bem mais amigável, na casa dos 4 milhões de dólares.

No atual estágio evolutivo do EB, a prioridade é, contudo, evitar que os carros de combate de 2ª mão adquiridos pela Força permaneçam em serviço por décadas, mesmo com altos índices de indisponibilidade. Caso, por exemplo, das imponentes viaturas M-60 A3TT5, compradas pelo governo FHC no fim dos anos de 1990.

A conservação de máquinas antiquadas não representa apenas uma diminuição do poder de choque da corporação. De acordo com um oficial de blindados ouvido pelo Forças Terrestres, ela engessa os conhecimentos dos tanquistas em um patamar tecnológico inferior; e, em alguns casos, termina por desmotiva-los.

A opção, na próxima década, pela viatura Leopard 2A4 - um ícone da década de 1990 - não pode ser considerada "mais do mesmo" (blindado ultrapassado), pois, conforme ficou evidente nos carros adquiridos pelo Exército do Chile, o modelo A4 aceita bem o canhão e outros equipamentos da versão 2 A6.



Guarani 8x8 - A exequibilidade dos planos depende, entretanto, das circunstâncias. (Modelo em 3D de Gino Marcomini)

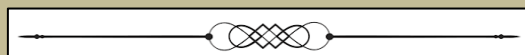
Há dúvidas sobre a capacidade do Exército de investir em carros de combate pesados, enquanto as tropas da Infantaria Motorizada - candidatas à transformação em "tropas médias" das unidades Mecanizadas - demandam fortemente não apenas a viatura Guarani 6x6, mas também o modelo 8x8, dotado de canhão de 105 mm (ou de peças menores). E na Força Terrestre Brasileira existem ainda outras limitantes para a aposta em tanques pesados.

MBTs (Main Battle Tanks) exigem obras de arte (pontes e viadutos) que os suportem, além de rede ferroviária bem ramificada e estruturada, e infraestrutura de manutenção extremamente onerosa. Especialmente para uma corporação que não pode, simplesmente, remetê-los à conservação no fabricante.

Já os veículos Guarani podem, eventualmente, ser inspecionados e reparados na fábrica de Minas Gerais, de onde saem novinhos em folha.

Por fim, existe a questão conceitual: em que medida, dentro de um cenário limitado de ameaças fronteiriças, como o nosso, deve o EB priorizar os tanques pesados, sobre lagartas, e não as viaturas bem mais ligeiras e baratas, sobre rodas, que transportam um canhão de 105 mm e chegam a alcançar, em estrada, velocidades em torno dos 100 km/h?

Como se vê, o assunto se espalha por uma rede de variáveis estratégicas, técnicas e financeiras que se entrelaçam, sugerindo a uma Força de poucos recursos - e, do ponto de vista geopolítico, excêntrica -, uma ousadia medida, nos centímetros, pelo pragmatismo e pela cautela (mas não, necessariamente, pelo conservadorismo).



EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS
CEL INF EM PRESIDENTE DA AHIMTB/RS
LECAMINHA@GMAIL.COM

SITES:

WWW.AHIMTB.ORG.BR
WWW.ACADHISTORIA.COM.BR
SITE DO NEE/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR
SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM
BLOG DA DELEGACIA DA AHIMTB/RS EM CRUZ ALTA:
HTTP://ACADHISTORIACRUZALTA.BLOGSPOT.COM.BR/